

Expectativas se voltam para minirreforma

Contudo, até agora não existe confirmação de nenhum nome a ser substituído na gestão

ROMULO FARO
REPÓRTER

Cotado para deixar o governo de Rui Costa praticamente desde o início da gestão de Rui Costa (PT), o secretário das Relações Institucionais do Estado, Josias Gomes (deputado federal licenciado - PT), ainda faz mistério, e diz que não sabe se deixará o cargo na primeira etapa das modificações que o governador fará, provavelmente ainda no final deste mês. Josias, contudo, dá como certa sua saída, mas ela pode acontecer somente em março de 2018, no segundo momento da chamada 'minirreforma', para atender ao prazo de desincompatibilização previsto no calendário eleitoral para secretários que serão candidatos no pleito de outubro do próximo ano. O titular da Serin confirma que será candidato à reeleição na Câmara dos Deputados.

Mas até então não há confirmação de nenhum nome a ser substituído, nem por parte do governador nem de nenhum dos aliados.

Em entrevista à Tribuna, o líder do governo na Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Zé Neto (PT), repetiu o que afirmara em contato anterior recente: que somente Rui Costa sabe que mudanças serão feitas. "O governador é quem decide isso. Não precisa ele fazer grandes reuniões. Ele é o técnico. É ele que comanda o time. E eu posso garantir que todos os jogadores estão em forma", se limitou Zé Neto.

No rol das apostas e das especulações, continuam em evidência dois nomes: o do já exaustivamente conhecido Josias Gomes e o do secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Jaques Wagner (PT), que é dado como certo exata-

mente no lugar de Josias na Serin. Wagner já tem feito a articulação política de Rui com os aliados, mas de forma discreta.

À Tribuna um deputado da base do governo disse em anonimato que Josias Gomes deve mesmo deixar o cargo já na primeira modificação. "A avaliação que os aliados fazem (e não só do PT) é de que Josias pode atrapalhar o trato do governo com aliados nesta reta final de primeiro mandato de Rui Costa, quando ganham corpo as movimentações pela candidatura dele de reeleição", disse a fonte. O nome de Wagner para a Serin é praticamente unânime dentro do PT, mas se ele assumir a pasta, sairá em março de 2018, porque entrará na disputa eleitoral. O ex-governador é esperado como candidato a senador, mas pode ainda aceitar a missão de se candidatar a deputado federal por dois vieses: facilitar a tumultuada acomodação dos aliados em três vagas na chapa majoritária de Rui e a possibilidade de atuar como 'puxador de votos' concorrendo à Câmara dos Deputados. Petistas entusiasmados acreditam que Jaques Wagner pode ter de 300 mil a 400 mil votos para deputado 'facilmente'.

APOSTAS

O titular da Serin confirma que será candidato à reeleição na Câmara dos Deputados e terá que se desincompatibilizar, portanto deve deixar o governo Rui Costa



Partidos que ficarão fora da chapa devem ter prioridade

A confirmação por parte do governador Rui Costa de que ele vai fazer em breve uma "pequena arrumação" no secretariado agita os bastidores. Aliados do governador, embora ele não tenha dado detalhes, fazem leitura de que partidos que não terão vaga na chapa majoritária em 2018 terão prioridade na minirreforma.

Se Jaques Wagner assumir

mesmo a Secretaria das Relações Institucionais, quem deve ir para seu lugar na pasta de Desenvolvimento Econômico é Roberto Muniz (PP), suplente de senador em exercício do mandato cujo assento original é de Walter Pinheiro, secretário de Educação. Pinheiro inclusive, é uma verdadeira incógnita, e pode embolar ainda mais a composição da chapa do governador.

Além de não estar filiado a nenhum partido desde que deixou o PT, ele ainda não confirma se será candidato.

O atual secretário de Meio Ambiente, Geraldo Reis, é cotado para assumir a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, cujo titular, o petista Carlos Martins se afastará para disputar uma vaga de deputado estadual.

Câmara promoverá debate sobre a delimitação dos bairros



CONSENSO
Colégio de Líderes decidiu votar projeto no fim do ano, após audiências públicas

O projeto de lei de reconfiguração dos bairros de Salvador deve ser votado na Câmara Municipal entre os meses de novembro e dezembro. A matéria tramitará na Casa por um tempo superior aos 75 dias previstos no Regimento Interno para possibilitar a realização de audiências públicas em diversas regiões da cidade. A decisão foi tomada em reunião do Colégio de Líderes, na manhã de ontem, no Salão Nobre.

A medida, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), visa atualizar a Lei nº 1.038/1960, com 32 bairros. A nova proposta su-

gere a divisão da cidade em 160 bairros e três ilhas – de Maré, dos Frades e de Bom Jesus dos Passos.

O presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM), propôs a criação de uma comissão especial para acompanhamento da tramitação e realização dos debates com relatoria e presidência compartilhados entre a bancada de oposição e governo. O líder da bancada do governo, vereador Henrique Carballal (PV), conversará com o Executivo para retirar o regime de urgência do projeto. O líder da oposição, vereador José Trindade (PSL), reforçou a necessidade de escuta

popular para a redefinição dos bairros.

Também ficou decidida a data para votação de oito projetos do Legislativo com vetos parciais do Executivo Municipal. "Este ano tivemos 17 vetos a projetos e, entre os nove vetos totais, apenas em um há discordância de constitucionalidade, o que demonstra o mérito do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final da Câmara", destacou Leo Prates. Os vereadores devem votar os projetos com vetos parciais no dia 16 de agosto e, no dia 23, as matérias com vetos totais.

Fernando Gomes e aliados deixam o DEM em Itabuna. Novo destino não é revelado

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O prefeito de Itabuna, Fernando Gomes (DEM), deixou o Democratas, assim como todo o diretório municipal. A baixa atingiu, inclusive, a ex-comandante do partido no município, Maria Alice. "Meu partido é Itabuna", disse o gestor. Gomes deixou claro possui muita simpatia pelo governador Rui Costa (PT), de quem se aproximou nos últimos tempos.

Segundo a Tribuna apurou, o gestor está só esperando uma oportunidade para cair nos braços do PSD de Otto Alencar. Já existem conversas bem avançadas sobre o assunto e a mudança deve ocorrer assim existir a possibilidade de uma janela partidária. O deputado federal Paulo Magalhães (PSD) é quem comanda as negociações. "Eu vou conversar com ele. Temos conversado muito. Ele é muito ligado a mim, mas ainda não decidimos para onde ele vai. E nem conversamos sobre saída. A saída dele foi por vontade própria", disse o parlamentar à Tribuna.

As especulações sobre a saída de Fernando Gomes circulam desde o ano passado, quando ele se com caciques do DEM por não ter recebido ajuda do fundo partidário durante a campanha.

Outro burburinho que circula nos bastidores é que o descontentamento de Maria Alice, atual secretária de Governo, teria começado ainda na pré-campanha

eleitoral. Na época, o prefeito de Salvador, ACM Neto, apoiou o candidato Augusto Castro, despertando "ciúmes" dentro do grupo.

No final de julho, Rui Costa negou que a com Gomes cause ciúmes para partidos como PT e PCdoB. "Acho que todos ficam felizes. Os filiados do PT, os filiados do PDT, quando a gente vai implementando políticas culturais e sociais que ajudam o povo. Temos certeza que cada um filiado PT, do PDT, PSD, PCdoB se sentem orgulhoso de ver a Bahia caminhando em passos largos", disse o petista. A polêmica em torno da aliança se dá porque o democrata venceu três candidaturas de esquerda nas eleições de 2016: Geraldo Simões (PT), Davidson Magalhães (PCdoB) e o próprio Dr Mangabeira.

Procurado pela Tribuna, o presidente do Democratas na Bahia, deputado José Carlos Aleluia (DEM), amenizou a baixa no quadro do partido.

"É direito dele querer sair. Nós queremos estar ao lado dos que professam as mesmas ideias nossas. Ele tem todo o direito de sair, não faz falta, não tem problema nenhum", afirmou.

"Nós vamos vencer as eleições lá. A única atitude que teremos que tomar é essa, vencer as eleições em 2018. Essa será a nossa atitude", completou.

Aleluia afirmou ainda que agora o foco no pleito do ano que vem, intensificando a campanha pró-ACM Neto na região. Ele classificou a



EXPECTATIVA

Gomes já deixou claro que possui muita simpatia pelo governador Rui Costa (PT), de quem se aproximou nos últimos tempos

saída de Gomes como um "divórcio perfeito." "Não temos um nome forte [para a prefeitura], porque não tem eleição municipal agora. O nome forte em Itabuna é o do prefeito ACM Neto. As pessoas querem a forma da maneira de governo de ACM Neto. Fernando não governa da mesma maneira. Então, não é um casamento perfeito. É um divórcio perfeito".

Governo e oposição se unem para aprovar fundo eleitoral

Na Câmara dos Deputados, oposição e governo devem se unir para aprovar numa corrida contra o tempo as mudanças nas regras eleitorais. A meta é colocá-las em prática já nas eleições de 2018. Para entrar em vigor no ano que vem, a reforma terá que ser aprovada até o dia 7 de outubro.

Sem o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, três comissões especiais da Casa discutem o tema e entre as alterações estão a criação de um bilionário fundo de financiamento público de eleições, uma possível mudança no sistema de eleição proporcional para deputados federais, estaduais e vereadores, além da redução do número de candidaturas e o fim das coligações partidárias. Conforme estimativa do site El País, duas propostas de emendas à Constituição e um projeto de lei ordinário que abordam essas mudanças deverão entrar em votação entre esta terça e a próxima quinta-feira em comissões especiais que tratam da reforma política. No momento, a principal preocupação dos deputados é a de aprovar um fundo público de financiamento, o Fundo Especial de Financiamento da Democracia. Pelo texto que será apresentado pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), o Poder Público destinará 0,5% de sua receita corrente líquida para esse fundo, que significa que R\$ 3,6 bilhões serão entregues aos partidos para campanhas eleitorais.